



Estatutos do *pathos* na violência

Douglas Nunes Abreu

Psicanalista

Doutor em Teoria Psicanalítica / UFRJ (Rio de Janeiro, Brasil)

Membro do Instituto Sephora de ensino e pesquisa de orientação lacaniana / ISEPOL (Rio de Janeiro, Brasil)

Coordenador Técnico do CAIA - Centro de Acolhimento à Infância e à Adolescência (Juiz de Fora, MG)

E-mail: dnaubreu@uol.com.br

Resumo

Este artigo visa demarcar dois eixos que podem orientar uma abordagem psicanalítica sobre o aumento da violência na atualidade: um que diz respeito às configurações do laço social contemporâneo, evidenciando que o *pathos* intrínseco ao aumento da violência nas cidades decorre do declínio da função paterna e da ascensão do discurso capitalista; e outro, um *pathos* que concerne ao modo singular com que o real traumático da violência – fruto do desamparo original, da presença real da dissimetria entre os sexos e da inadequação da palavra – engendra em cada corpo, exigindo e constituindo modalidades específicas de defesas. Para tal, recortamos duas modalidades de violência que afetam constantemente crianças e adolescentes hoje – o bullying e o abuso sexual, demonstrando, a partir de pequenos fragmentos de caso, que a violência no contexto dessa nova discursividade, comporta um real irreduzível a cada caso, que deve ser balizado por índices diagnósticos.

Palavras-chave: violência, bullying, diagnóstico, psicose.

Statuts du *pathos* dans la violence

Cet article vise délimiter les deux axes qui peuvent guider une approche psychanalytique sur l'accroissement de la violence aujourd'hui: l'un qui concerne les conformations du lien social contemporain, indiquant que le *pathos* dans l'augmentation de la violence urbaine découle du déclin de la fonction paternelle et l'essor du discours capitaliste; et d'autre part, le *pathos* qui concerne la manière singulière dont le réel traumatique de la violence - fruit de l'impuissance d'origine, de la présence réelle de l'asymétrie entre les sexes et de l'insuffisance de la parole - engendre dans chaque corps, exigeant et construisant des arrangements défensifs spécifiques. Pour ce faire, nous découpons deux types de violence qui affectent constamment les enfants et les adolescents d'aujourd'hui – le harcèlement et l'abus sexuel, montrant, à partir de petits extraits de cas, que la violence dans le cadre de ce nouveau discours, comporte un réel irréductible à chaque cas, à marquer par des indices de diagnostic.

Mots-clés: violence, harcèlement, diagnostic, psychose.

Statutes of the *Pathos* in violence

This article intends to trace two guidelines that could orient a psychoanalytic approach to the increased violence today: one that concerns the settings of contemporary social bond, indicating that the intrinsic *pathos* to increased urban violence stems from the decline of paternal function and rise of the capitalist discourse; and secondly, a *pathos* concerning the singular form in which the traumatic real of violence - fruit of the original helplessness, the real presence of asymmetry between the sexes and the inadequacy of the speech- produces within each body, demanding and constituting specific defensive arrangements. In order to do so, we focus on two types of violence that constantly affect children and adolescents today - bullying and sexual abuse, showing, from small case fragments, that violence in the context of this new discourse, involves a real that is irreducible to each case, and is to be marked by diagnostic indexes.

Key-words: violence, bullying, diagnosis, psychosis.

Estatutos do *pathos* na violência¹

Douglas Nunes Abreu

O aumento da violência nas cidades é fato notório e representa um dos maiores e mais delicados desafios enfrentados hoje em nossa civilização: são acontecimentos que expõem a face mais nua e crua do real. Sua incidência aumenta de forma exponencial especialmente entre os jovens, como demonstra o relatório recentemente publicado chamado *Mapa da Violência*. Neste documento, elaborado através da parceria estabelecida entre a *Secretaria Geral da Presidência da República* e a *Secretaria Nacional da Juventude*, observamos um crescimento significativo da violência entre jovens de 15 a 29 anos, quando comparado com outras faixas etárias (Waiselfisz, 2014).

Esta realidade pode ser constatada também na prática que exercemos no Centro de Acolhimento à Infância e a Adolescência – CAIA², onde testemunhamos: o crescimento da incidência de atos infracionais e violentos entre os jovens, especialmente no contexto escolar; o avanço do consumo e abuso de drogas nesta faixa etária – com a violência intrínseca ao meio do tráfico; a exacerbação de negligência, maus tratos e abandono de menores por parte de pais – cujos laços conjugais são frágeis e conflitivos; bem como o crescente número de casos de abuso e violência sexual.

Para abordar o tema, a partir do viés psicopatológico, construímos a seguinte questão inicial: qual o estatuto do *pathos* que encontramos na violência? Estabelecemos como tese dois eixos de investigação: um que diz respeito às configurações do laço social contemporâneo, evidenciando que o *pathos* intrínseco ao aumento da violência nas cidades decorre do declínio da função paterna e da ascensão do discurso capitalista – fatos que conduziram ao rebaixamento das estruturas simbólicas e propiciaram rupturas abruptas no pacto civilizatório; e outro, um *pathos* que concerne ao modo singular com que o real traumático da violência – fruto do desamparo original, da presença real da dissimetria entre os sexos e da inadequação da palavra – engendra em cada corpo, exigindo e constituindo modalidades específicas de defesas.

As explicações para o aumento da violência são diversas, mas as opiniões mais difundidas apontam para a inoperância do Estado, tanto no que diz respeito ao combate ao crime organizado, como no que tange aos investimentos em estruturas públicas, como em educação, saúde, esporte, lazer, etc. Esta configuração sócio-política brasileira é um fator crucial, mas é importante esclarecer que *na sociedade contemporânea testemunhamos fenômenos subjetivos que são decorrentes de alguns fatores socioculturais que marcaram uma ruptura na civilização*, afinal, como aponta Miller, “não existe clínica do sujeito sem a clínica da civilização” (Miller & Milner, 2006).

Segundo Coelho dos Santos, “a ideologia freudo-marxista, os movimentos sociais pela liberação da sexualidade, o feminismo, o declínio das grandes narrativas, o relativismo moral, a

cultura do narcisismo, a absolutização do direito ao gozo” (Coelho dos Santos, 2008, p. 66) são algumas das transformações coletivas que trouxeram consequências à subjetividade. A ideologia individualista surge como efeito dessa nova orientação e “impõe a reivindicação generalizada do direito de ser tratado como uma exceção, ao consumismo, às compulsividades, ao império dos semblantes e à sujeição à chuva de objetos” (Coelho dos Santos, 2008, p. 66). A desconstrução das grandes utopias comunitárias fez emergir a desestabilização das hierarquias simbólicas, fato que se faz sentir ainda mais entre os jovens, que, sem as referências identificatórias tradicionais, ficam aprisionados numa cultura narcisista que estimula a intolerância, o segregacionismo e a violência.

Mas, parafraseando Miller (2008), podemos afirmar que nada é mais humano que a violência e sua presença está intimamente atrelada à fundação da própria civilização. Apresentava-se de maneira diferente da que observamos na sociedade atual, visto que seu emprego estava associado a ideais coletivos e geralmente a serviço da busca pela paz. Em 1932, Albert Einstein convida Sigmund Freud para um diálogo por cartas sobre a natureza da guerra. O psicanalista recolhe das palavras do físico alemão a relação entre o direito e o poder, sugerindo a substituição do termo poder por violência. Para ele, a violência não seria oposta à lei, como pode parecer ao senso comum: para ele, lei e violência estão relacionadas e em contiguidade (Freud, 1933[1932]). Eis o que Freud nos apresenta em “Totem e Tabu” (1914[1913]), representação mítica da origem da civilização onde a noção de lei decorreria do emprego da violência. O que significa dizer que a violência perderia sua incidência na medida em que as relações humanas passassem a serem reguladas pela lei, que a própria violência instaurou. Nas palavras de Freud, “o primeiro homem a desfechar contra seu inimigo um insulto, em vez de uma lança, foi o fundador da civilização” (Freud, 1893, p. 45).

Entretanto, outra face da violência figura na atualidade, desvinculada da tradição e da referência identificatória. Num interessante artigo acerca da apreensão do conceito de violência pela teoria psicanalítica na atualidade, Coelho dos Santos & Teixeira (2006) demonstram que a violência contemporânea deve ser analisada a partir da introdução do quinto discurso na teoria lacaniana do laço social: o discurso capitalista. Essa modalidade contemporânea de organizar as relações humanas é o efeito da subversão do discurso do mestre, com a transmutação de lugares entre o S_1 e o $\$$. Essa transmutação rompe com a lógica articulada entre os elementos que compõem a teoria dos discursos (ou do laço social) proposta por Jacques Lacan, em meio aos movimentos de maio de 1968. Nessa nova discursividade, o acesso ao gozo, que nas quatro primeiras modalidades discursivas comporta o real como impossível, passa a ser direto e não mediado pelo aparato simbólico.

No discurso que predomina na contemporaneidade, a violência decorre de uma organização do laço social onde o real não é mais estruturado enquanto impossível, mas ao contrário, pode ser resumido no lema que embalou o movimento de contracultura: *é proibido proibir!* O paradoxo, segundo Coelho dos Santos & Teixeira, consiste em concluir que “a violência, então, é uma manifestação possível da seguinte estrutura: Quando tudo é permitido, nada é permitido;

a ética do desejo dá lugar ao fardo pesado do imperativo do gozo proibido” (Coelho dos Santos & Teixeira, 2006, p. 67).

O significante Nome-do-Pai tinha a função de operar a castração, ou seja, de introduzir nas figuras imaginárias o peso da lei simbólica, conferindo potência às figuras sociais, agentes da regulação pulsional. Mas, o que a violência desenfreada denuncia é a falência desta potência proibitiva, que perde sua estruturação no curto-circuito que o discurso do capitalismo engendra. Rompido o aparelhamento entre o gozo e a linguagem, perde-se o sancionamento de gozar pela via fantasmática e o gozo retorna, então, na forma de um real sem lei. A violência não se configura assim como um questionamento ao representante da lei, ou seja, não representa um sintoma endereçado a uma ordem social proibitiva e regulatória. Trata-se de outra vertente da violência, diferente daquela descrita por Freud nas origens da cultura e na ordenação civilizada entre os povos. A estrutura do laço social contemporâneo permite definir o estatuto do *pathos* presente na violência epidêmica que aflige o cotidiano das cidades, a partir de uma discursividade nova que é o discurso capitalista, como emergência desalojada da estrutura simbólica.

Quanto à sua incidência entre os jovens, Laia (2014) sugere abordarmos seu crescimento da violência a partir de dois aspectos principais: as configurações contemporâneas da família conjugal – entendida como estrutura mínima que mantém a função de resíduo na transmissão dos laços sociais na evolução das sociedades humanas – marcada pelo fracasso das utopias comunitárias; e pelos enigmas sobre a sexualidade humana com impasses típicos desta fase da vida, onde os efeitos do enfraquecimento das figuras identificatórias se faz sentir em maior intensidade.

Freud (1909[1908]) considerava que era no seio da família que os valores morais eram transmitidos e que deveriam promover - graças aos desvios e transformações dos modos de satisfação pulsional – efeitos de regulação em prol da vida em sociedade. Para além dos ideais societários de coletividade, a família tem uma função de transmissão do desejo particular de um homem e de uma mulher quando decidem conceber um filho. Todo sujeito humano porta a marca este desejo como um resto irreduzível da particularidade da transmissão que lhe foi feita das coordenadas simbólicas. Lacan indica que é por meio da função exercida pela mãe com seu interesse particularizado pelo filho, e graças à função de *Um pai*, enquanto vetor encarnado da lei do desejo, que a criança se inscreve no laço social, a partir de “um desejo que não seja anônimo” (Lacan, 1969/2003, p. 369).

Segundo Laia (2014), ao longo das modificações na estrutura da civilização das últimas décadas, verifica-se a instalação de uma *anomia* em consequência do declínio da autoridade do pai em sua função de *vetor da lei no desejo*. Estes fatores impulsionam a desregulação dos corpos, acentuam os impasses da sexualidade, e produzem o aprisionamento da criança no fantasma materno. Com isso, os frágeis traços identificatórios promovem a inflação das identificações imaginárias e laterais, que por vezes se materializa em atos violentos individuais ou de grupos de adolescentes, faces cruas do real, como podemos observar, por exemplo, no caso do *bullying* e do abuso sexual.

Além da família, o contexto escolar representa grande parte da vida cotidiana das crianças e adolescentes, constituindo um campo essencial para o estabelecimento das diversas modalidades de parceria que os jovens estabelecem com o Outro. Não por acaso, a apresentação da violência na escola pode ser entendida: como índice da demarcação dos espaços e limites de *um* sujeito com o *outro* sujeito; como índice do mal-estar diante à interdição operada pela lei institucional; e como índice dos impasses subjetivos diante da sexuação. Entretanto, será de acordo com a transfiguração do laço social ao longo das últimas décadas que a presença da *violência na escola* se transformará no fenômeno coletivo da *violência escolar*.

O fenômeno do *bullying* representa um dado significativo hoje desta violência. Segundo Neto (2005), o termo “compreende todas as atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudante contra outro(s), causando dor e angústia, sendo executadas dentro de uma relação desigual de poder”. O mesmo autor destaca alguns sinais e sintomas que podem indicar a vivência deste tipo de violência, tais como a enurese noturna, alterações do sono, cefaleia, desmaios, isolamento, tentativas de suicídio, irritabilidade, agressividade, ansiedade, depressão, medo, dentre outros. Observa-se que a lista não demonstra uma clareza quanto à especificidade das sintomatologias, que poderiam indicar uma gama de outras morbidades. O que não impede que observemos hoje cada vez mais diagnósticos relativos ao espectro dos transtornos de estresse pós-traumático devido à vivência de *bullying*: uma epidemia “pseudo-psicopatológica” contemporânea.

Canguilhem (1966/2009), a partir da cunhagem do conceito de *normatividade* em 1966 (neologismo forjado entre os termos *normalidade* e *norma*), já indicava que o conceito de normalidade passa pelo estabelecimento de normas sociais. “O corpo vivo é... [um] existente singular cuja saúde exprime a qualidade dos poderes que o constituem, visto que ele deve viver sob a imposição de tarefas, portanto em relação de exposição com um meio ambiente do qual, em primeiro lugar, ele não tem escolha” (Canguilhem, 1988/2005, pp. 41-42), concluindo que a saúde humana é ao mesmo tempo um estado e uma ordem, sendo impossível conceituar a vida fora das relações sociais. Na conferência pronunciada em 1988, em Estrasburgo, o autor avança na discussão, sugerindo que um conceito de saúde deveria conceber a “saúde como verdade do corpo” (op. cit.:48), a verdade do homem em sua existência.

Miller (2008-2009/2011), no curso *Coisas de fineza em psicanálise*, avança na trilha de Canguilhem, apontando que a saúde deveria ser considerada não apenas como a saúde do corpo na sua relação com o meio, mas a *saúde como a verdade de Um corpo* que se apresenta ao campo da linguagem, ao campo do Outro. É por isso que a saúde de *um* não é forçosamente a saúde do *outro*, complicando a eficácia dos discursos ideológicos que dominam a ciência do mental. A proposição de Miller se apoia na seguinte tese de Lacan: “existem tipos de sintoma... os tipos de sintoma decorrem da estrutura... [mas] o que decorre da mesma estrutura não tem forçosamente o mesmo sentido” (Lacan, 1973/2003, p. 554). Trata-se de um projeto singular que se harmoniza no interior de *Um corpo* e nas relações desse corpo com o laço social que o permeia. Diz-nos Lacan, que “é por isso

que só existe análise do particular ... os sujeitos de um tipo, portanto, não têm utilidade para os outros do mesmo tipo" (Lacan, 1973/2003, p. 554).

O conceito de saúde comporta sempre um ponto que escapa à ciência, um ponto de real que faz com que o diagnóstico psicopatológico, social ou operacional da violência se depare sempre com singularidades da constituição subjetiva que exigem o trato do *um a um*. Com isso, apontamos a necessidade de interrogarmos como a violência se articula ao real traumático de cada um, evidenciando um *pathos* singular. Tal como Bergeret (1974/2006), ao resgatar a raiz greco-latina da palavra violência, indica: a violência entendida como *desejo de viver*. Ou seja, remete à maneira singular com que cada um ergue suas defesas diante do real. Isso aponta um para além das normas sociais estabelecidas a partir da nova configuração do laço social contemporâneo (como demonstramos anteriormente), no que tange a análise da violência. Para tal, recorremos a dois pequenos extratos clínicos de nossa prática, um relativo ao *bullying* e outro relativo ao abuso sexual.

Uma adolescente é encaminhada para tratamento em consequência de um quadro depressivo com ideação suicida, supostamente provocado por vivência de *bullying* em sua escola no último ano. Segundo relato, algumas pessoas de sua classe riam dela, provocavam-na o tempo todo. Os relatos iniciais dos pais, e da própria paciente, pareciam, a princípio, consistentes, e justificavam para todos os envolvidos (inclusive para escola) o estado psíquico como resultante do trauma vivido diante da violência sofrida pelo *bullying*. Entretanto, no decorrer dos atendimentos, pudemos verificar seu funcionamento subjetivo, permitindo esclarecer a natureza da violência experimentada.

Analisar seu discurso foi fundamental para elucidar a relação particularizada que ela estabelecia com o Outro. Os relatos de *bullying* não correspondiam ao campo da realidade, demonstrando cada vez mais que a violência que lhe afligia provinha dela mesma, fruto da zerificação do Nome-do-Pai (NP₀) e do fracasso da significação do falo (Φ₀) que a deixavam à mercê de um outro perseguidor. Três características fundamentais nortearam nossa hipótese diagnóstica: índices de não extração do objeto pequeno *a*; falhas discretas nos pontos de sustentação da estrutura, evidenciando uma tênue amarração subjetiva; e prevalência de parcerias e identificações imaginárias (Maleval, 2003/2014). Tempo depois de iniciar seus atendimentos, ela apresentou fenômenos de automatismo concernentes ao sentido interpretativo, bem como automatismos mentais que emergiam na forma de alucinação. Certa manhã na escola, ela expõe que, ao passar perto de uma colega que muito lhe incomodava, ela diz: *Escrota!* Ela relata que foi tomada por um estranhamento e que essa palavra foi dita de forma súbita, a partir de uma voz emergida de dentro, e de maneira incontrolável. O que uma investigação diagnóstica nos levou a concluir é que não se tratava de um transtorno de estresse pós-traumático causado pela violência do *bullying*, mas sim que o real da violência vivido por ela estava encarnado no real da alucinação.

Greiser (2007/2008) demonstra a modificação no laço social contemporâneo, onde os "sintomas caracterizados pela dominância do Ideal sobre o gozo" perdem espaço para sintomas típicos da "dominância do objeto *a* sobre o ideal" (s/p), e tal como Barroso (2010), indica que o aumento das queixas e denúncias de abuso sexual demonstra que a criança ocupa hoje um lugar de

objeto, tanto no ato violento contra ela empreendido, quanto pela violência que é exposta na sequência da série de procedimentos médicos e legais que decorrem deste tipo de acontecimento. De fato, como referência no atendimento às vítimas de abuso sexual no município de Juiz de Fora (MG), a prática do CAIA testemunha um crescimento significativo da demanda relativa a esta modalidade de violência contra os jovens, tal como demonstram os últimos levantamentos realizados no Brasil³. Mas cabe ressaltar que Maleval (2012) sugere prudência ao abordar os casos de abuso sexual, considerando os efeitos da sugestão provocados pelo discurso do Outro, que por vezes podem ocasionar falsas notificações.

Recebemos um caso encaminhado pelo Conselho Tutelar e pela Vara da Infância e da Adolescência. Segundo a mãe, o filho, de oito anos, foi passar o final de semana na casa dos avôs paternos para visitar o pai, que estava recém-separado de sua mãe e já em outro relacionamento amoroso. Uma vizinha dos avós, amiga de sua mãe, presenciou o menino com outro garoto de nove anos simulando uma "cena sexual". O relato desta amiga, feito no momento do ocorrido por telefone, precipitou uma grande confusão, com a mãe retirando o filho de lá pouco tempo depois e se dirigindo imediatamente ao Conselho Tutelar, onde realizou denúncia formal de negligência por parte do pai, solicitando a suspensão do direito deste em estar com o filho ao alegar que este teria sido vítima de abuso sexual.

O relato, apaixonado, da mãe acerca de sua relação conflituosa com o ex-marido expunha o real em jogo: seu estado de devastação diante do fim do casamento e novo enlace amoroso por parte do pai. Ela não poupou esforços para evitar o acordo de visitas do filho ao pai, tecendo críticas severas sobre o progenitor para seu filho. Absorvida pelas questões relativas à parceria amorosa permanecia nela recoberta qualquer percepção acerca dos impactos subjetivos no filho daquela condução. O menino, envergonhado, relata com a voz trêmula, entrecortada e aos prantos, que ele tinha sido abusado sexualmente. As falas dele claramente eram reproduções da fala materna, ficando claro que nem ao menos ele tinha noção da amplitude daquela declaração. Neste momento o relato foi interrompido com uma interpretação posta em ato: "*Ahaa... entendi... você estava brincando de sexo com o amiguinho!*". Os efeitos desta intervenção ecoaram num sorriso aliviado confirmando a nova versão do ocorrido. Conversamos sobre isto, sugerindo que estas brincadeiras teriam lugar melhor em outro momento de sua vida. Fez-se necessária uma conversa decidida com a mãe, orientando sobre a maneira que ela conduzira a situação e indicação de tratamento para a mesma, bem como retirada da queixa. O que o caso demonstra é que o real da violência não estava localizado no suposto abuso sexual, mas sim no real da sexualidade materna e em seus impasses amorosos nos quais o filho estava capturado.

Evidenciamos, através destes breves fragmentos de caso, que a análise do tema da violência que afeta crianças e adolescentes hoje deve levar em conta um para além dos fenômenos que se apresentam no contexto de uma nova discursividade que compõe o laço social contemporâneo. É necessário que uma análise da violência comporte sempre a investigação de um real irreduzível a cada caso, balizado por índices diagnósticos que permitem compreender assim o *pathos* inerente às

configurações do laço social, e, ao mesmo tempo, o *pathos* inerente às modalidades de constituição subjetiva singular.

Notas:

¹ Versão modificada do trabalho apresentado em Belo Horizonte, no dia 06 de setembro de 2014, na mesa intitulada *Saúde, criminalidade e comportamento infracional na adolescência*, atividade integrante do VI Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental.

² Associação sem fins lucrativos, fundada em 31 de maio de 2001, que executa, em parceria com o poder público, projeto de proteção social especial de média complexidade na Rede SUAS – Sistema Único de Assistência Social do município de Juiz de Fora, destinado a crianças e adolescentes em situação de risco e que vivenciam violações de direitos, bem como aos seus familiares. Este projeto é parceiro, em termos de cooperação técnico-científica, com a Associação Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo, sob a orientação da Professora Dra. Tania Coelho dos Santos, configurando-se, assim, um projeto de extensão universitária com vínculo junto ao Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica da UFRJ.

³ Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (Viva): 2009, 2010 e 2011/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. Brasília: Min. da Saúde, 2013. 164 p. Recuperado de www.bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sistema_vigilancia_violencia_acidentes.pdf. Ver também: Waiselfisz, J. J. (2014). *Mapa da Violência: Os Jovens do Brasil*. Brasília: Governo Federal. Recuperado de www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf.

Referências bibliográficas

- Barroso, S. F. (2010, jul.-dez.). A criança, de Freud a Lacan: do ideal ao objeto. *Almanaque*, 4(7). Belo Horizonte: IPSM. Recuperado de www.institutopsicanalise-mg.com.br/psicanalise/almanaque/07/Textos/Suzana.pdf.
- Bergeret, J. et al. (2006). *Psicopatologia: Teoria e Clínica*. Porto Alegre: Artmed (Trabalho original publicado em 1974).
- Canguilhem, G. (2009). *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária (Trabalho original publicado em 1966).
- Canguilhem, G. (2005). *Escritos sobre a Medicina*. Rio de Janeiro: Forense Universitária (Trabalho original publicado em 1988).
- Coelho dos Santos, T. (2008). A política do psicanalista: o saber da psicanálise entre ciência e religião. *Psicologia em Revista*, 14(1), 63-82. Belo Horizonte: PUC Minas.
- Coelho dos Santos, T. & Teixeira, M. A. (2006, dez.). Violência na teoria psicanalítica: ruptura ou modalidade de laço social? *Psicologia em Revista*, 12(20), 165-180. Belo Horizonte: PUC Minas.
- Freud, S. (1996). Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: comunicação preliminar. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 3). Rio de Janeiro: Imago (Trabalho original publicado em 1893).
- Freud, S. (1996). Romances familiares. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 9). Rio de Janeiro: Imago (Trabalho original publicado em 1909[1908]).
- Freud, S. (1996). Totem e Tabu. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 12). Rio de Janeiro: Imago (Trabalho original publicado em 1914[1913]).

- Freud, S. (1996). Por que a guerra? *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 22). Rio de Janeiro: Imago (Trabalho original publicado em 1933[1932]).
- Greiser, I. B. (2008, out.). O psicanalista frente aos sintomas sociais. *Revista aSEPHallus*, 3(6). Recuperado de www.isepol.com/asephallus/numero_06/artigo_01_port.htm.
- Lacan, J. (2003). Nota sobre a criança. *Outros escritos* (pp. 369-370). Rio de Janeiro: Jorge Zahar (Trabalho original publicado em 1969).
- Lacan, J. (2003). Introdução à edição alemã de um primeiro volume dos Escritos. *Outros Escritos* (pp. 550-556). Rio de Janeiro: Jorge Zahar (Trabalho original publicado em 1973).
- Laia, S. (2014). A violência nas cidades e o enxame que emaranha a vida: uma leitura referenciada na psicanálise de orientação lacaniana. In Coelho dos Santos, T., Santiago, J. & Martello, A. *Os corpos falantes e a normatividade do Supersocial* (pp. 280-303). Rio de Janeiro: Cia. de Freud.
- Lopes Neto, A. A. (2005). Bullying – comportamento agressivo entre estudantes. *Jornal de Pediatria*, 81(5), 164-172. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Pediatria. Recuperado de www.scielo.br/pdf/jped/v81n5s0/v81n5Sa06.
- Maleval, J.-C. (2003, jan.-jun.). Elementos para uma apreensão clínica da psicose ordinária. In Henriques, R. S. P. & Birman, J. (Trads.). *Clínica & Cultura*, 3(1), 105-169. Sergipe: UFS. Recuperado de www.seer.ufs.br/index.php/clinicaecultura/article/view/2841.
- Maleval, J.-C. (2012). Les faux souvenirs induits d'abus sexuels. *Étonnantes mystifications: de la psychothérapie autoritaire* (pp. 50-65). Paris: Navarin.
- Miller, J.-A. (2008, nov.). Rien n'est plus humain que le crime. *Mental*, (21), 32-45. Bruxelas: Nouvelle Ecole Lacanienne.
- Miller, J.-A. (2011). *Perspectivas dos Escritos e Outros escritos de Lacan: entre desejo e gozo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (Trabalho original publicado em 2008-2009).
- Miller, J.-A. & Milner, J.-C. (2006). *Você quer mesmo ser avaliado? Entrevistas sobre uma máquina de impostura*. São Paulo: Manole.
- Waiselfisz, J. J. (2014). Mapa da Violência: os Jovens do Brasil. Brasília: Governo Federal. Recuperado de www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf.

CITACÃO/CITATION: Abreu, D. N. (nov. 2013 a abr. 2014). Estatutos do *pathos* na violência. *Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana*, 9(17), 97-105. Disponível em www.isepol.com/asephallus. doi: 10.17852/1809-709x.2019v9n17p97-105.

Editor do artigo: Tania Coelho dos Santos.

Recebido/Received: 25/11/2013 / 11/15/2013.

Aceito/Accepted: 13/02/2014 / 02/13/2014.

Copyright: © 2013 Associação Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam citados/This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the author and source are credited.